

ATA NÚMERO 337/XII/4.^a SL

Aos dez dias do mês de dezembro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.º 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332 e 333, referentes às reuniões de 10, 11, 12, 13 (manhã e tarde), 17, 19, 20, 21, 24, 26 e 27 de novembro, respetivamente.
2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 249/XII/4.^a (GOV) - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva n.º 2014/86/UE, do Conselho, de 8 de julho de 2014, que altera a Diretiva 2011/96/UE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes, adequando ainda o regime especial de tributação de grupos de sociedades à jurisprudência recente do Tribunal de Justiça da União Europeia.
3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 260/XII/4.^a (GOV) - Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE, e 2013/14/UE, procedendo à revisão do regime jurídico dos organismos de investimento coletivo, e à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, e ao Código dos Valores Mobiliários.
4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 262/XII/4.^a (GOV) - Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE, e 2013/14/UE, assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 345/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2013, e do Regulamento (UE) n.º 346/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2013, e procede à revisão do regime aplicável ao exercício da atividade de investimento em capital de risco.
5. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 264/XII/4.^a (GOV) - Transpõe as Diretivas n.ºs 2014/49/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa aos sistemas de garantia de depósitos, e a 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, alterando o Regime Geral das

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Lei Orgânica do Banco de Portugal, o Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de novembro, o Código dos Valores Mobiliários, o Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de outubro, e a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro.
Autor do parecer: Senhor Deputado João Galamba (PS).

6. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 428/XII/4.^a - Pela reposição do IVA nos serviços de alimentação e bebidas na restauração e hotelaria, e consequente alteração legislativa.
Relatora: Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE).
7. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 452/XII/4.^a - Pela defesa dos postos de trabalho na Segurança Social.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
8. Definição da metodologia com vista à concretização, pela Comissão, da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro - "Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade".
9. Apreciação das sínteses das audiências concedidas à Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e ao Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente, em sede de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.^a (GOV).
10. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 253/XII/4.^a (GOV) - Aprova as Grandes Opções do plano para 2015.
11. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu início à reunião pelas 11h30, dando nota que o atraso no início da mesma se devia à concessão de duas audiências, no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.^a (GOV) – *Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental*, as quais, no decorrer da prática da Comissão, deveriam ocorrer antes da discussão e votação, na especialidade, do diploma a que dizem respeito.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

- 1. Apreciação e votação das atas n.º 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332 e 333, referentes às reuniões de 10, 11, 12, 13 (manhã e tarde), 17, 19, 20, 21, 24, 26 e 27 de novembro, respetivamente.**

As [atas n.ºs 322 a 333](#), referentes às reuniões de 10, 11, 12, 13 (manhã e tarde), 17, 19, 20, 21, 24, 26 e 27 de novembro, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

- 2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 249/XII/4.^a (GOV) - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva n.º 2014/86/UE, do Conselho, de 8 de julho de 2014, que altera a Diretiva 2011/96/UE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes, adequando ainda o regime especial de tributação de grupos de sociedades à jurisprudência recente do Tribunal de Justiça da União Europeia.**

A redação final da [Proposta de Lei n.º 249/XII/4.^a \(GOV\)](#) foi fixada sem votos contra, com exceção da sugestão de redação do n.º 2 do artigo 28.º-A e do n.º 5 do artigo 28.º-C (na parte: “em outras aplicações”) e da sugestão de introdução de uma vírgula a seguir ao vocábulo “garantia” no n.º 1 do artigo 28.º-C, termos em que nestas três questões a Comissão deliberou repor a redação aprovada em sede de especialidade.

- 3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 260/XII/4.^a (GOV) - Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE, e 2013/14/UE, procedendo à revisão do regime jurídico dos organismos de investimento coletivo, e à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, e ao Código dos Valores Mobiliários.**
- 4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 262/XII/4.^a (GOV) - Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE, e 2013/14/UE, assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º 345/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2013, e do Regulamento (UE) n.º 346/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2013, e procede à revisão do regime aplicável ao exercício da atividade de investimento em capital de risco.**

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Por sugestão dos Grupos Parlamentares, a discussão e votação, na especialidade, das Propostas de Lei [n.º 260/XII/4.ª \(GOV\)](#) e [n.º 262/XII/4.ª \(GOV\)](#) ocorreu conjuntamente.

O Senhor Presidente colocou à consideração dos Senhores Deputados a ratificação da admissão das propostas de alteração apresentadas por PSD/CDS-PP às Propostas de Lei na véspera, atento o facto de terem dado entrada fora do prazo, não tendo nenhum Grupo Parlamentar obstado à referida admissão.

De seguida, a Comissão procedeu à discussão e votação das iniciativas na especialidade, tendo intervindo sucessivamente, em sede de debate, os Senhores Deputados Paulo Sá (PCP) e Carlos Santos Silva (PSD). O registo das propostas de alteração, do Relatório de Votações e do Texto Final pode ser consultado na página internet de cada uma das iniciativas, supracitadas.

- 5. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 264/XII/4.ª (GOV) – Transpõe as Diretivas n.ºs 2014/49/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa aos sistemas de garantia de depósitos, e a 2014/59/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Lei Orgânica do Banco de Portugal, o Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de novembro, o Código dos Valores Mobiliários, o Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de outubro, e a Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro.**

Autor do parecer: Senhor Deputado João Galamba (PS).

O Senhor Deputado João Galamba (PS) efetuou a apresentação do parecer, acrescentando que seria positivo que houvesse tempo suficiente para debater este diploma na especialidade, no que foi corroborado pelo Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD). Também intervieram o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) e a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP).

- 6. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 428/XII/4.ª – Pela reposição do IVA nos serviços de alimentação e bebidas na restauração e hotelaria, e consequente alteração legislativa.**

Relatora: Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE).

Para apresentar o relatório sobre a [Petição n.º 428/XII/3.ª](#), usou da palavra a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), relatora da Petição, que recordou o objeto da Petição e das

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

pretensões dos peticionários. A Senhora Deputada relatora deu nota das diligências desenvolvidas, nomeadamente quanto à audição dos peticionários, bem como da opinião do relator – constante do relatório – e das propostas constantes do parecer. Em sede de debate, usou da palavra a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD), que saudou a relatora, e efetuou uma intervenção sobre esta questão. Não se registando intervenções adicionais, o relatório foi votado e aprovado por unanimidade

7. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 452/XII/4.^a – Pela defesa dos postos de trabalho na Segurança Social.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

Foi distribuída, para elaboração de relatório, a [Petição n.º 452/XII/4.^a](#), tendo sido nomeada relatora a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD).

8. Definição da metodologia com vista à concretização, pela Comissão, da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro - "Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade".

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) informou que o relatório será apresentado até dia 21 de janeiro de 2015. Propôs a audição da Associação Fiscal Portuguesa, da Associação Portuguesa de Fiscalistas, da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas e do Professor Joaquim Azevedo, sugerindo a constituição de um Grupo de Trabalho.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) propôs a audição do Observatório da Família, da ILGA Portugal e da Associação Planeamento e Família.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) manifestou não ter objeções a qualquer das propostas já apresentadas e propôs a audição das estruturas sindicais habitualmente ouvidas – frente Comum, FESAP e STE.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) notou que não vê vantagem em receber as mesmas organizações em comissões diferentes, no que foi corroborado pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP). Declarou também ser a favor da constituição de um Grupo de Trabalho.

A Senhora Elsa Cordeiro defendeu que as matérias abordadas são, frequentemente, diferentes de Comissão para Comissão.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) entendeu como razoável realizar audições conjuntas, cruzando informação com as restantes comissões envolvidas.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) propôs a audição em conjunto das estruturas sindicais.

A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) interveio para sugerir a introdução de alguma racionalidade para evitar que as Associações venham constantemente à Assembleia da República.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) concordou com a coordenação entre Comissões, mas acrescentou que também há entidades que solicitam constantemente audições. Propôs, para o Grupo de Trabalho a constituir, pelo Grupo Parlamentar do PSD, as Senhoras Deputadas Elsa Cordeiro e Lídia Bulcão.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) considerou não fazer sentido a constituição de um Grupo de Trabalho e ficou de indicar os representantes do PS no mesmo.

O Senhor Presidente declarou pretender saber quais as audições já efetuadas, para evitar repetições e efetuar audições conjuntas, referindo ainda que o Coordenador do Grupo de Trabalho ficará mandatado para agregar audições,

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) nomeou-se como representante do PCP no Grupo de trabalho, o mesmo fazendo o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE).

O Grupo Parlamentar do CDS-PP ficou de indicar os seus representantes posteriormente.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) afirmou que se o GP responsável pela coordenação do Grupo de Trabalho pretender passar essa coordenação para o PSD, existe essa disponibilidade.

O Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) realçou que as entidades propostas para audição podem ser informadas de que o seu contributo poderá ter lugar por escrito.



9. Apreciação das sínteses das audiências concedidas à Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e ao Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente, em sede de apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 257/XII/4.ª (GOV).

A síntese das audiências foi aprovada por unanimidade, não se tendo verificado intervenções sobre as mesmas.

10. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 253/XII/4.ª (GOV) - Aprova as Grandes Opções do plano para 2015.

A redação final das Proposta de Lei n.º 253/XII/4.ª (GOV) foi aprovada por unanimidade, com a ressalva de um pequeno lapso existente na informação relativa a essa mesma redação final, sublinhada pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), embora sem influência na letra do Decreto.

11. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) propôs a realização de uma reunião após a sessão plenária de 6.ª feira, dia 12 de dezembro, na eventualidade de já estarem disponíveis os mapas do Orçamento do Estado, e para a redação final da Proposta de Lei n.º 256/XII/4.ª (GOV), ficando assim a realização dessa reunião condicionada a esses dois pressupostos.

De seguida, debateram-se detalhes finais relacionados com a Conferência parlamentar sobre dívida pública, a realizar-se no dia 16 de dezembro, nomeadamente o estabelecimento final do quadro de oradores, tendo sido acordada a tentativa de contacto com mais um potencial último orador.

A reunião foi encerrada às 11:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de dezembro de 2014

O PRESIDENTE,

(EDUARDO CABRITA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira

Carlos Santos Silva

Conceição Bessa Ruão

Cristóvão Crespo

Duarte Pacheco

Eduardo Cabrita

Elsa Cordeiro

Fernando Virgílio Macedo

Isabel Santos

João Galamba

João Paulo Correia

Jorge Paulo Oliveira

Paulo Sá

Pedro Filipe Soares

Sónia Fertuzinhos

Vera Rodrigues

Vieira da Silva

António Gameiro

Artur Rêgo

Ivo Oliveira

Michael Seufert

Pedro Pimpão

Vasco Cunha



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Meireles

José de Matos Rosa

Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis